

# Vanzin Operações Portuárias S.A.

CNPJ: 07.770.268/0001-51

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.055	1.468	Fornecedores	13	2.318	2.260
Contas a receber de clientes	9	1.898	5.834	Empréstimos e financiamentos	14	3.855	3.975
Impostos a recuperar		29	28	Impostos e contribuições a recolher	16	1.173	2.268
Dividendos a receber	15	574	546	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		682	720
Outras contas a receber		504	127	Adiantamentos de clientes		337	3.606
		<b>4.060</b>	<b>8.003</b>			<b>8.365</b>	<b>12.829</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	9	32	50	Empréstimos e financiamentos	14	9.615	9.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	438	520	Provisão para contingências	17	4.229	4.174
Depósitos judiciais	17	2	-			<b>13.844</b>	<b>13.549</b>
Investimentos	11	41.683	37.430	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	12	9.237	4.031	Capital social	18.a	2.895	2.895
Intangível		3	1	Reservas de lucros	18.b   18.c	30.351	20.762
		<b>51.395</b>	<b>42.032</b>			<b>33.246</b>	<b>23.657</b>
		<b>55.455</b>	<b>50.035</b>			<b>55.455</b>	<b>50.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		2.895	579	39.320	-	42.794
Resultado do exercício		-	-	-	19.911	19.911
Destinações:						
Dividendos pagos	18.d	-	-	(39.048)	-	(39.048)
Retenção de lucros no exercício	18.c	-	-	19.911	(19.911)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		2.895	579	20.183	-	23.657
Resultado do exercício		-	-	-	29.589	29.589
Destinações:						
Dividendos pagos	18.d	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Retenção de lucros no exercício	18.c	-	-	29.589	(29.589)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		2.895	579	29.772	-	33.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Vanzin Operações Portuárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, atuante há mais de trinta anos no mercado, com sede no município de Rio Grande/RS, na Avenida Major Carlos Pinto, 248. Tem por objetivo social principalmente a prestação de serviços de: operação portuária de graneis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações, e ainda armazenagem de graneis de importação.

A Companhia opera no Porto de Rio Grande/RS sob o certificado da Superintendência do Porto de Rio Grande "SUPRG", concedido somente às Companhias devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo sido renovado em 31 de outubro de 2019, conforme exigências da norma SEP (Secretaria Especial de Portos) nº 111, com validade até 30 de outubro de 2024. Para mantê-lo, a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/2013.

#### Pandemia Covid-19

O surto de Coronavírus (COVID-19) gerou, e ainda gera, incertezas aos agentes econômicos, à população e aos entes governamentais. A Companhia e suas investidas (diretas e indiretas) implementaram diversas medidas para prevenir riscos relacionados a pandemia, sendo a preservação da saúde pessoas a mais importante.

A Companhia e suas investidas estão inseridas no contexto de atividade essencial, e desta forma, mantêm-se em plena operação. Não houve cancelamentos de atracação navios nos meses de pico da pandemia. Também não houve redução nos serviços relacionados a armazenagem por conta das interrupções de vias e cidades com restrições de movimentação. Houve no setor de industrializados uma leve redução em volumes, no entanto, não foi relevante e as receitas da companhia e suas investidas se mantiveram em níveis similares aos verificados anteriormente a crise. As operações foram mantidas em funcionamento desde o início da pandemia. A posição de caixa e liquidez mantiveram-se consistentes com os períodos anteriores.

Os efeitos potenciais que podem ser causados pela pandemia aos negócios da Companhia e suas investidas são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (lockdown) mais rigoroso; e o risco de impairment de ativos por conta dos fatores já citados. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, nenhum desses potenciais riscos foi verificado, principalmente pela importância estratégica das operações da Companhia e suas investidas, da capilaridade de clientes e diversidade de locais de atendimento dos serviços.

Os eventos relacionados à pandemia vêm sendo monitorados e a Administração avalia os possíveis impactos às suas atividades regularmente, visando ajustar as medidas já tomadas e, ou, estabelecer novas ações de prevenção e mitigação de riscos.

As principais ações com relação aos funcionários foram: (i) entrega de materiais de higiene; (ii) campanhas de conscientização, orientação e monitoramento; (iii) suspensões de viagens, visitas externas, eventos corporativos e treinamentos presenciais; e (iv) isolamento de grupos de risco e adoção de trabalho remoto, quando a função laborativa assim o permite; (v) higienização de ambientes; (vi) implementação de regras de distanciamento nas dependências da Companhia; e (vii) medição de temperatura no acesso às instalações.

As medidas adotadas nos permitiram a manutenção das atividades da Companhia e suas investidas e o atendimento aos clientes em níveis normais e sem interrupções. As medidas de proteção e monitoramento, como uso de máscaras e o controle de temperatura corporal foram adotadas também para todos os profissionais externos que mantêm contato com os colaboradores da Companhia e suas investidas.

As ações de prevenção e auxílio foram estendidas também às comunidades nas quais as operações do Grupo (incluindo a estrutura acima da Companhia) estão inseridas, sendo as principais: (i) doações para hospitais e institutos sociais em Paranaíba/PR, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS e Itaquí/MA; (ii) doação de kits de higiene e álcool gel para instituições; e (iii) doação de EPIs para instituições locais.

Em relação à liquidez da Companhia e suas investidas, a Administração dedicou-se a manter a geração de receita alinhada com o orçamento, aumentamos o controle de despesas e implantamos medidas para reduzir custos. Os planos de investimentos e os projetos estratégicos foram mantidos. Um monitoramento mais constante do fluxo de caixa também foi implementado.

As incertezas inerentes a uma crise como a que estamos vivenciando exigem comprometimento e resiliência. A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas investidas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à continuidade da Companhia e de suas investidas.

#### 2. Base de preparação

##### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### Informações comparativas - reapresentação

Foram identificados ajustes relativos às demonstrações financeiras de 2019 referentes, substancialmente, ao acordo realizado

pelo Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO Itaquí para reconhecimento dos processos trabalhistas de mão de obra avulsa do Porto do Itaquí, e que cuja despesa deveria ter sido contabilizada em 2019 nas demonstrações financeiras da Companhia Operadora Portuária do Itaquí - COPI (investida direta da Companhia). O ajuste de equivalência patrimonial na Companhia, em 2019 decorrentes deste assunto, ocorreram no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 (com redução no ativo total de R\$ 2.440, e do patrimônio líquido de R\$ 2.440), bem como na demonstração do resultado da Companhia, com impacto de R\$ 2.440 no lucro líquido e resultado abrangente daquele exercício (2019). Não houve impacto no fluxo de caixa operacional, de investimento e financiamento para o exercício findo naquela data.

Conseqüentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

#### 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• **Nota explicativa 11** - determinação se a Companhia detém de fato o controle sobre uma investida; e determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida, para registro de equivalência patrimonial.

#### b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• **Nota explicativa 17** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saldas de recursos.

#### c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

As medidas adotadas nos permitiram a manutenção das atividades da Companhia e suas investidas e o atendimento aos clientes em níveis normais e sem interrupções. As medidas de proteção e monitoramento, como uso de máscaras e o controle de temperatura corporal foram adotadas também para todos os profissionais externos que mantêm contato com os colaboradores da Companhia e suas investidas.

As ações de prevenção e auxílio foram estendidas também às comunidades nas quais as operações do Grupo (incluindo a estrutura acima da Companhia) estão inseridas, sendo as principais: (i) doações para hospitais e institutos sociais em Paranaíba/PR, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS e Itaquí/MA; (ii) doação de kits de higiene e álcool gel para instituições; e (iii) doação de EPIs para instituições locais.

Em relação à liquidez da Companhia e suas investidas, a Administração dedicou-se a manter a geração de receita alinhada com o orçamento, aumentamos o controle de despesas e implantamos medidas para reduzir custos. Os planos de investimentos e os projetos estratégicos foram mantidos. Um monitoramento mais constante do fluxo de caixa também foi implementado.

As incertezas inerentes a uma crise como a que estamos vivenciando exigem comprometimento e resiliência. A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas investidas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à continuidade da Companhia e de suas investidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Informações comparativas - reapresentação

Foram identificados ajustes relativos às demonstrações financeiras de 2019 referentes, substancialmente, ao acordo realizado

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	19	72.793	68.733
Custos dos serviços prestados	20	(35.521)	(37.842)
Lucro bruto		37.272	30.891
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(689)	(814)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		-	(45)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		36.583	30.032
Receitas financeiras	21	173	1.359
Despesas financeiras	21	(591)	(1.287)
Resultados (despesas) financeiros, líquidas		(418)	72
Resultado de equivalência patrimonial	11	4.281	9
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		40.446	30.113
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	(10.775)	(10.262)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	(82)	60
Resultado do exercício		29.589	19.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	29.589	19.911
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	29.589	19.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

Empresas	Tipo	2020	2019
Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%

#### b. Receita de prestação de serviços

A Companhia presta serviços de: (i) operações portuárias; e (ii) locação de máquinas e equipamentos. Esses serviços são prestados com base em propostas de preço firmado de acordo com a negociação com os clientes, não necessariamente com preços fixos. Os períodos das propostas, geralmente têm prazos variados, em sua maioria com mais de um ano.

(i) **Operações Portuárias:** As operações de cais referem-se, basicamente os serviços de embarque e descarga de cargas à granel dos navios, e serviços de armazenagem e movimentação das cargas a granel e de contêineres e cargas soltas no pátio (retro-rea) e nos armazéns fechados, inclusive armazenagem de lotes (cargas soltas) para cargas de importação e exportação, e são reconhecidas no resultado em virtude do estágio da conclusão das operações de cada navio.

(ii) **Locação de máquinas e equipamentos:** A Companhia efetua a locação de suas máquinas quando há janelas de tempo entre as suas operações de navios. As receitas de locação são mensuradas de acordo com o período e são reconhecidas conforme acordado entre as partes.

Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a prestação de serviços com clientes são fornecidas na nota explicativa 20.

#### c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

#### d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

• Rendimentos com aplicações financeiras; e

• Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

• valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

• ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

#### e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

• diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

• diferenças temporárias relacionadas a investimentos em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

• diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ativo.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Resultado do exercício		29.589	19.911
Ajustes por:			
(Reversão) constituição de provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	9	-	(26)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	82	(60)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(4.281)	(9)
Depreciação e amortização	12   20	1.187	1.805
Resultado na baixa de ativo permanente	12	18	26
Juros e correções incorridos	14   21	567	1.182
Constituição de provisão para contingências	17	55	185
<b>Varições nos ativos e passivos de clientes</b>			
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	9	3.954	(133)
Aumento em impostos a recuperar		(1)	(8)
Aumento (redução) em depósitos judiciais	17	(2)	72
Redução em outras contas a receber		(377)	(49)
Aumento em fornecedores	13	59	109
Aumento em impostos e contribuições a recolher	16	8.755	9.462
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		(38)	(9)
Redução em adiantamentos de clientes		(3.269)	(1.357)
Redução em outras contas a pagar		-	(4)
Impostos sobre o lucro pagos	14	(9.850)	(8.434)
Juros pagos		(687)	(1.816)

Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais

25.761 20.847

#### FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Aumento de participação em investimentos	11	-	(123)
Dividendos pagos	18.d	(20.000)	(39.048)
Aquisição de imobilizado	12	(6.411)	(1.111)
Aquisição de intangível		(3)	-

(26.414) (40.282)

#### FLUXOS DE CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Empréstimos e financiamentos captados	14	3.990	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	14	(3.750)	(1.875)

(240) (1.875)

#### FLUXOS DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa

(413) (21.310)

#### DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No início do exercício	8	1.468	22.778
No fim do exercício	8	1.055	1.468

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurados: ao custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento presente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Classificação e mensuração subsequente:**

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros - A Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias de Empréstimos e recebíveis, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de "valor justo por meio do resultado".**

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

**j. Capital social**

**Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

**k. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

**Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

• As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento

financeiro.

• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**7. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas**

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- CPC 50 Contratos de Seguros.

**8. Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019
Caixa e bancos	226	64
Aplicações financeiras (i)	829	1.404
	1.055	1.468

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 97% em 2020 e 2019). As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

**9. Contas a receber de clientes**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019
Clientes nacionais	1.612	5.798
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 15)	336	104
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(18)	(18)
	1.930	5.884

Circulante

Não circulante

(i) A Companhia tem como política contábil constituir a provisão para perdas esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia recebe antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociar um prazo médio de 15 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

**Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas**

	2020	2019
A vencer	1.297	5.124
Vencidos entre 1 e 90 dias	276	181
Vencidos entre 91 e 180 dias	15	374
Vencidos acima de 180 dias	24	119
	1.612	5.798

(-) Provisão para perdas esperadas

Saldo no início do exercício

Valores recuperados/revertidos

Saldo no final do exercício

**10. Imposto de renda e contribuição social**

**(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial, conforme apresentado abaixo:

	2020	2019
Provisão para contingências	-	278
Outras diferenças temporárias	438	242

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo

**(ii) Reconciliação da alíquota efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	40.446	30.113

Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%

**(Adições) e exclusões**

Resultado de equivalência patrimonial

Diferenças permanentes

Diferença de alíquota

Outros

Imposto de renda e contribuição social no resultado:

Corrente

Diferido

Alíquota efetiva

**11. Investimentos**

**(i) Composição dos saldos**

**Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (equivalência patrimonial)**

Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI

Ágio - aquisição COPI (i)

Mais valia - aquisição COPI (ii)

(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (ii)

(i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% do capital da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, sendo 25% em agosto de 2015, e os outros 25% no primeiro semestre de 2018 (25%).

(ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, guindastes, equipamentos, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% do capital da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, sendo 25% em agosto de 2015 e os outros 25% no primeiro semestre de 2018.

**(ii) Informações do empreendimento controlado em conjunto**

**COPI**

Ativos circulantes

Ativos não circulantes

Passivos circulantes

Passivos não circulantes

Receitas do exercício

Custos e despesas do exercício

Resultado da investida no exercício

Capital social

Quantidade de quotas possuídas

Patrimônio líquido

Participação no capital social no final do exercício

Participação no patrimônio líquido

**(iii) Movimentação dos investimentos no exercício**

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Dividendos a receber

Reversão dividendos a receber

Resultado de equivalência patrimonial (i)

Saldo em 31 de dezembro de 2020

(i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras como redutor da equivalência patrimonial de seus investimentos a parcela correspondente a cada amortização de mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos.

**12. Imobilizado**

**(i) Composição do saldo**

Saldo em 31/12/2018

Depreciação

Adições

Baixas

Transfê-rencias

Depre-ciação

Guindastes

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

**Revisão das vidas úteis**

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

**Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos**

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

**Garantias**

Não existem bens dados em garantias pela Companhia.

**13. Fornecedores**

O saldo é

